



**Contributos da Rede Animar para uma Política Pública de
Imigração Humanista, Coerente e Inclusiva**

NOVEMBRO 2025

Contributos da Rede Animar para uma Política Pública de Imigração Humanista, Coerente e Inclusiva

No contexto da atuação da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, enquanto rede nacional de organizações com intervenção comunitária de proximidade, apresentamos um conjunto de propostas construtivas para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas em matéria de imigração, baseadas na experiência prática, na diversidade territorial e na valorização da dignidade humana.

A imigração em Portugal reveste-se de uma crescente importância demográfica, económica, social e cultural. Nos últimos anos, temos assistido a um alargamento da presença migrante a todo o território, incluindo zonas rurais, de baixa densidade e ilhas, o que exige uma abordagem mais integrada, territorializada e centrada nas pessoas.

Portugal tem vindo a afirmar, nos planos nacional e internacional, o seu compromisso com a construção de uma sociedade mais inclusiva, baseada na igualdade de direitos, na justiça social e na coesão territorial. Estes compromissos estão inscritos em instrumentos fundamentais, como:

- A **Constituição da República Portuguesa**, que consagra o princípio da igualdade e da não discriminação, o direito ao trabalho, à saúde, à habitação e à proteção social, independentemente da origem;
- O **Plano de Ação para as Migrações**, que define medidas de regulamentação das políticas de migrações;
- Os compromissos assumidos no âmbito da **Agenda Europeia para as Migrações**, do **Pacto sobre a Migração e Asilo** da União Europeia e da **Carta dos Direitos Fundamentais da UE**, que reforçam a responsabilidade partilhada dos Estados-membros na gestão humanista e eficaz da migração;
- A adesão de Portugal ao **Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular** das Nações Unidas, consubstanciado através do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações, sublinhando o dever de garantir uma abordagem baseada em direitos humanos e desenvolvimento sustentável;
- O papel da Agência para a Imigração e Mobilidade (AIMA), que representa um esforço recente de reorganização institucional com o objetivo de tornar mais eficiente a gestão da imigração, mas que exige ainda consolidação, territorialização e reforço de meios.
- Apostar numa cooperação genuína com países de origem, desenvolvendo acordos de migração e desenvolvimento que estimulem a migração circular, reduzam o custo das remessas que os imigrantes enviam para as suas famílias e promovam a criação de emprego e a circulação de investimento entre Portugal e os países de origem; evitar políticas puramente restritivas, reforçando em vez disso as oportunidades de integração e formação para migrantes em Portugal.

Contributos da Rede Animar para uma Política Pública de Imigração Humanista, Coerente e Inclusiva

Neste contexto, a **Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local**, enquanto rede de organizações da sociedade civil com presença em todo o território nacional, apresenta este conjunto de **propostas de contributo positivo** para a formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas de imigração. Estas propostas assentam na escuta ativa das suas associadas, na experiência acumulada de intervenção direta junto de comunidades migrantes e na leitura atenta dos desafios emergentes.

Num momento em que Portugal continua a afirmar-se como país de acolhimento, diversidade e solidariedade, consideramos essencial reforçar uma abordagem integrada, territorializada e centrada nas pessoas, para garantir que a imigração é reconhecida como **um motor de desenvolvimento humano, económico e social** – e não como um fator de emergência ou fragmentação.

Eixos de Contributo para a Política Pública de Imigração

1. Reforço da articulação institucional e territorial

- Valorizar e capacitar os CLAIM (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes) como estruturas de mediação territorial com funções ampliadas;
- Estabelecer canais de comunicação ágeis entre os serviços centrais (AIMA, Segurança Social, IEFP, DRQPE - Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego, SNS, SRS - Secretaria Regional de Saúde, etc.) e as entidades de base local;
- Fomentar a criação de conselhos locais ou regionais para a integração, envolvendo autarquias, associações migrantes e entidades da sociedade civil;
- Replicar no território continental a parceria celebrada entre o Governo Regional dos Açores e a AIMA, que vai permitir estender o serviço prestado pela AIMA e IRN às 55 lojas RIAC (Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão).

2. Promoção da habitação digna como pilar da integração

- Apoiar o desenvolvimento de soluções de habitação pública e cooperativa, com atenção às condições de sobrelotação e à exploração habitacional;
- Rever o enquadramento legal do arrendamento para garantir a proteção de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, independentemente do seu estatuto jurídico;
- Criar mecanismos de apoio transitório ao alojamento, geridos por entidades locais com experiência comunitária.

Contributos da Rede Animar para uma Política Pública de Imigração Humanista, Coerente e Inclusiva

3. Acesso pleno e igualitário dos serviços públicos

- Promover a formação intercultural de profissionais dos serviços públicos, com enfoque nos direitos das pessoas imigrantes e no combate ao preconceito;
- Assegurar o acesso universal à saúde e à educação, independentemente da situação documental;
- Garantir o reconhecimento do direito à proteção social, ao reagrupamento familiar e à regularização migratória através de procedimentos céleres e transparentes.

4. Investimento na aprendizagem da língua e no reconhecimento de competências

- Aumentar a oferta de cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA) com horários adaptados à vida profissional e familiar;
- Apoiar o reconhecimento de competências formais, informais e não formais adquiridas fora de Portugal;
- Promover parcerias entre Centros Qualifica, IEFP, DRQPE e associações locais para facilitar a integração socioprofissional.

5. Promoção da coesão territorial através da integração

- Reconhecer a importância estratégica da presença imigrante no repovoamento e dinamização de territórios do interior;
- Criar medidas de discriminação positiva para apoio à integração em territórios com baixa densidade populacional;
- Apoiar iniciativas comunitárias de acolhimento, inserção laboral, intermediação cultural e cidadania ativa.

6. Valorização da diversidade e da participação cidadã

- Incentivar a participação cívica e política das pessoas imigrantes, incluindo o apoio à criação e funcionamento de associações representativas;
- Desenvolver campanhas públicas que valorizem a diversidade cultural, combatam o racismo e promovam a interculturalidade;
- Promover práticas de democracia participativa nos territórios com presença imigrante, envolvendo jovens, mulheres e grupos sub-representados.

Contributos da Rede Animar para uma Política Pública de Imigração Humanista, Coerente e Inclusiva

7. Apoio à qualificação das organizações da sociedade civil

- Reconhecer o papel das organizações locais como parceiras na conceção e execução das políticas de imigração;
- Estimular a criação de mecanismos de financiamento estruturado e plurianual às organizações de base local de proximidade, que permitam respostas de continuidade;
- Apoiar a promoção de redes locais de colaboração entre entidades de acolhimento, ensino, saúde, habitação e empregabilidade, com foco na inovação e eficácia local.

8. Monitorização e avaliação das políticas com base em dados

- Produzir dados desagregados e atualizados sobre presença e condições de vida das pessoas migrantes, a nível nacional e local;
- Incluir indicadores de qualidade na avaliação das políticas públicas, com enfoque nos direitos e deveres, acessibilidade, inclusão e bem-estar;
- Incorporar a perspetiva das próprias pessoas migrantes na monitorização e desenho das medidas, através de processos participativos.

Nota Final

Acreditamos que uma política de imigração centrada na dignidade humana, na territorialização das respostas e na construção de comunidades inclusivas, como política que não só desejável, como necessária. A Animar, enquanto rede de desenvolvimento local, manifesta total disponibilidade para colaborar com os diferentes níveis da administração pública na **construção de soluções partilhadas, sustentáveis e ajustadas às realidades concretas dos territórios e das pessoas.**

Organizações subscritoras:

Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Activar - Associação de Cooperação de Lousã

APPACDM Porto

APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento

IMFV – Instituto Marquês Valle Flor

Gazeta da Beira

Rota do Guadiana-Associação Desenvolvimento Integrado

TAIPA, CrI